

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA**
2 **75ª REUNIÃO PLENÁRIA DO CBH-BS**

3 **Data:** 17 de dezembro de 2025

4 **Horário:** 09:30h

5 **Local:** Videoconferência

6 **Lista de presença dos representantes membros eleitos do Comitê:**
7 (A lista total dos presentes está disponível para consulta na Secretaria do Comitê, onde se encontra arquivada)

8 **Segmento Estado**

9	Jociani Debeni Festa	SP-ÁGUAS – Secretária Exec.
10	Jefferson Viana do Nascimento	Secretário Exec. Adjunto
11	Vivian Marrani de Azevedo Marques	CETESB
12	Laura Stela N. Perez e Luiz M.Dias Valino	SEMIL
13	Maria de Carvalho Tereza Lanz	Fundação Florestal
14	Vinicius Aurélio Constantino	AGEM

15 **Segmento Municípios**

16	Alberto Pereira Mourão	P. M. Praia Grande - Presidente
17	Atila Csobi	Suplente do titular Presidente
18	Guilherme de Souza Moreira	P. M. Itanhaém

19 **Segmento Sociedade Civil**

20	Nelson Portéro Junior	Vice-Presidente A.E.A.A..
21	Bertioga	
22	Celso Garagnani	AEAC-Assoc. Eng. Arq. Cubatão
23	Pilar Carolina Villar	Univ. Fed. São Paulo - UNIFESP
24	Pedro Henrique Campello Torres	Univ. Estadual Paulista - UNESP
25	Matheus Souza Rulz	Univ Santa Cecília - UNISANTA
26	Cleber Ferrão Corrêa	Univ. Cat. Santos-UNISANTOS
27	Ian Pavani Verderesi	AARSL-Ass. A. Riviera S.
28	Lourenço	
29	Edelton Chaves Fazenda	Liga Beach Soccer Guarujá-LBSG
30	Rosana Sheridan Rodrigues Fazenda	ECOPHALT
31	Sonia Maria Mitri	ABCON-SINDCON
32	Flávia Maria Bastos de Oliveira Câmara	CIDE- C. Int. Des. B. Santista
33	Sueli Moroni da Silva Machado	CIESP - Centro Inds. Est. SP
34	Marcia Trindade Jovito	CONCIDADANIA

35 Ausências justificadas

36 Bruno Franco de Souza

Governo do Estado SP

37 Eliane Aparecida Milani de Queiróz

P.M Praia Grande

38

39 Aos dezessete dias de dezembro de 2025, às nove horas e trinta minutos,
40 iniciou-se a 75ª Reunião Plenária do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada
41 Santista-CBH-BS por videoconferência. **01. Abertura.** Atila Csobi na qualidade de
42 representante Suplente do Presidente do Comitê e Prefeito da P.M de Praia
43 Grande Alberto Pereira Mourão iniciou os trabalhos agradecendo a presença de
44 todos. **Apresentação Agência de Águas do Estado de São Paulo- SP ÁGUAS.**
45 Irineu Takeshita, Gerente da Vertente Litorânea e Ribeira e Engenheiro da SP
46 Águas, apresentou a estrutura e gestão da Agência de Águas do Estado de São
47 Paulo-SP Águas. Em síntese, criada em substituição ao antigo Departamento de
48 Águas e Energia Elétrica-DAEE, instituída pela Lei Complementar 1413/2024 e
49 regulamentada pelo Decreto 69339 de 2025. Tendo como missão a fiscalização, o
50 controle e a regulação do uso dos recursos hídricos para garantir a segurança
51 hídrica sustentável no estado. Sua estrutura possui uma Diretoria, tendo Camila
52 Viana como Diretora-presidente, além de cinco diretorias e cinco
53 superintendências: Segurança Hídrica, Unidades Descentralizadas, Administrativa,
54 Regulação e Fiscalização. Na organização territorial, a Gerência Litorânea abrange
55 Vale do Ribeira, Litoral Sul, Baixada Santista e o Litoral Norte. Especificamente
56 para a região, a Divisão da Baixada Santista e Litoral Norte com Sede em
57 Itanhaém, sob a responsabilidade do Engenheiro Jefferson Viana do Nascimento.
58 A Superintendência Das Descentralizadas está organizada em Unidades
59 Descentralizadas para prestar apoio técnico e administrativo aos Comitês de
60 bacias de todo o estado, e atua na análise de outorgas, fiscalização e suporte aos
61 municípios e ao Ministério Público. A Segurança Hídrica atua com a prevenção de
62 impactos de escassez e inundações por meio de uma rede de postos de
63 monitoramento e a Sala de Situação integrada à Defesa Civil. Foi criada a Escola
64 das Águas destinada à preservação do conhecimento técnico e à capacitação de
65 servidores e público externo. A Regulação e Fiscalização ficou responsável pela
66 atualização de normas, gestão de cobrança pelo uso da água, sendo que
67 atualmente há estudos para implementação no setor rural, além da fiscalização de
68 segurança de barragens voltadas ao abastecimento. Referente às obras, a
69 SP-ÁGUAS mantém a execução de serviços do antigo DAEE, incluindo os
70 desassoreamentos. Foi enfatizada a relevância do Programa Rios Vivos, que já
71 possui frentes de trabalho na Baixada Santista e abrirá novas adesões municipais
72 para melhorar a vazão dos cursos d'água e reduzir riscos de enchentes. A
73 SP-ÁGUAS representa a modernização da gestão das águas em São Paulo, com
74 estrutura de Agência autônoma. **Aprovação da Ata da 74ª Reunião do CBH-BS,**
75 **realizada em 28/08/2025.** Após a dispensa da leitura, a Ata foi aprovada por
76 unanimidade. **DELIBERAÇÕES.** As Deliberações aprovadas, com a redação final,
77 são publicadas na webpágina do Comitê
78 <https://www.sigrh.sp.gov.br/cbhbs/deliberacoes> **Deliberação CBH-BS nº 457, de**
79 **17 de dezembro de 2025. Aprova a Atualização de representantes da Diretoria**
80 **e Câmara Técnica, para a gestão 2025-2027. Deliberação aprovada por**

81 **unanimidade.** Em síntese, a Deliberação formalizou a reorganização dos
82 representantes da Diretoria e das Câmaras Técnicas para o biênio 2025-2027, em
83 conformidade com o estatuto do Comitê e decisões setoriais prévias, além de
84 complementar as diretrizes fixadas em Deliberações anteriores sobre o tema. Visa
85 assegurar a representatividade técnica e administrativa necessária para a
86 continuidade das atividades do colegiado. A Agência de Águas do Estado de São
87 Paulo-SP-ÁGUAS passou a ocupar a Diretoria do CBH-BS com a Secretária
88 Executiva, representada por Jociani Debeni Festa e como Secretário Executivo
89 Adjunto Jefferson Viana do Nascimento. Adicionalmente, SP-ÁGUAS tem cadeira
90 na Câmara Técnica de Saneamento e Usos Múltiplos-CTSUM como suplente da
91 Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística-SEMIL. **Deliberação**
92 **CBH-BS nº 463, de 17 de Dezembro de 2025. Aprova o Relatório de Situação**
93 **dos Recursos Hídricos da UGRHI-07 2025, ano base de 2024. Deliberação**
94 **aprovada por unanimidade.** Cléber Ferrão Corrêa (Universidade UNISANTOS)
95 apresentou. Em síntese, destacou pontos do Relatório. Explicou que a Lei estadual
96 nº 7.663/1991 estabelece a obrigatoriedade de os Comitês publicarem anualmente
97 o Relatório para compor o panorama dos recursos hídricos do Estado. A minuta foi
98 desenvolvida em colaboração entre a Secretaria Executiva e a Câmara Técnica de
99 Planejamento e Gerenciamento-CTPG submetida a apreciação e aprovação prévia,
100 pela reunião conjunta com as demais Câmaras Técnicas, realizada no dia 03 de
101 dezembro de 2025. No balanço hídrico a vazão de referência manteve-se em torno
102 de 32%. A disponibilidade hídrica se manteve estável, embora com redução, pela
103 série histórica dos últimos anos. Os principais usos da água foram identificados
104 para o abastecimento público 57% e o industrial com cerca de 30%. O
105 abastecimento público permaneceu estável até 2023 e teve um leve aumento em
106 2024. Foi recomendado que os futuros Relatórios considerem também a população
107 flutuante. O balanço hídrico demonstrou que a região central da bacia apresenta
108 maior criticidade em comparação ao norte e ao sul. O sistema hídrico apresenta
109 um equilíbrio geral, porém o relatório aponta alguns sinais de atenção na região
110 central. Isso reforça a necessidade de um monitoramento mais contínuo, uma
111 gestão integrada e medidas preventivas para garantir a segurança hídrica. Sobre
112 os índices de perda a análise demonstrou melhorias expressivas em relação ao
113 quadro anterior, com Santos apresentando um índice considerado bom em 2022.
114 Entre os principais desafios, a ampliação da rede em áreas de ocupação irregular,
115 que é um grande problema na região. É necessário trabalhar a redução das perdas
116 físicas do sistema e o atendimento à população flutuante, que chega a triplicar em
117 períodos de alta temporada em alguns municípios. Quanto ao esgotamento
118 sanitário, houve aumento na coleta entre 2020 e 2023, porém, pela análise da série
119 histórica, houve queda em 2024, sendo o pior resultado dessa série. Ocupações
120 irregulares foram destacadas como o principal desafio para a ampliação das redes
121 de saneamento. A qualidade das águas superficiais foi classificada como
122 majoritariamente boa, embora persistam pontos críticos de eutrofização. Pela
123 primeira vez, foram incluídos estudos sobre águas subterrâneas em parceria com a
124 Universidade Católica de Santos, visando monitorar a intrusão salina e identificar
125 fontes de água doce para comunidades isoladas. Sobre a balneabilidade,
126 relatou-se uma melhora em 2024, com destaque para Bertioga e Guarujá. No
127 campo dos resíduos sólidos, notou-se uma variação de geração de 3%/ano e a
128 necessidade de discutir coletas seletivas e ações ambientais. Sobre drenagem e

129 águas pluviais, é problemática, inclusive pela forte influência das marés.
130 Observa-se um aumento das áreas alagadas na região, o que exige um olhar
131 atento para a macro e microdrenagem. Deve-se levar em consideração os eventos
132 extremos para uma melhor gestão, considerando a vulnerabilidade da Baixada
133 Santista a eventos hidrometeorológicos extremos, com 30% do território suscetível
134 a deslizamentos. Matheus Souza Ruiz (Universidade Santa Cecília-UNISANTA)
135 apresentou a análise do histórico dos últimos cinco anos referente a eventos
136 extremos hidrometeorológicos. Ficou constatado, com base em dados coletados,
137 que as mudanças climáticas têm se intensificado, tanto em frequência quanto em
138 severidade. Conforme os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças
139 Climáticas, as regiões costeiras encontram-se em situação de alta vulnerabilidade,
140 sendo a Baixada Santista destacada como uma área particularmente suscetível
141 aos impactos desses eventos, os quais afetam diretamente a infraestrutura urbana,
142 a economia e, principalmente, a segurança da população. Como ações de
143 enfrentamento, há necessidade de implementar e consolidar o monitoramento em
144 tempo real de parâmetros críticos, como chuva, maré, ondas, vazão e nível dos
145 rios. A Sala de situação é uma ferramenta estratégica fundamental com previsões
146 de caráter local, com utilização não apenas para a gestão interna, mas para
147 disponibilizar informações claras e acessíveis à população em postura proativa de
148 comunicação de risco, em vez de apenas reativa. Paralelamente, é imperativo
149 fortalecer a modelagem hidrológica, que deve ser integrada de forma mais eficaz
150 com as agendas do Comitê e do SP Águas. Tais ações devem estar aliadas a uma
151 atenção constante e aos investimentos em infraestrutura, abrangendo macro e
152 micro drenagem, saneamento e a gestão técnica de comportas. Na finalização da
153 apresentação o Relatório destacou três eixos estratégicos: controle da poluição
154 difusa e resíduos sólidos, adaptação climática e drenagem, e monitoramento
155 tecnológico. Com a recomendação que o próximo Relatório de situação não
156 comece apenas no segundo semestre, precisa começar a partir do meio do
157 primeiro semestre, também para as contribuições da plenária. **Deliberação**
158 **CBH-BS nº 458 de 17 de dezembro de 2025. Aprova a adesão do colegiado ao**
159 **Programa de integração dos planos de bacias e do plano estadual de**
160 **recursos hídricos – IntegraBacias no âmbito da elaboração integrada dos**
161 **planos de bacias hidrográficas e do PERH 2028-2031. Deliberação aprovada**
162 **por unanimidade.** A Secretária Executiva Jociani Debeni Festa (SP-ÁGUAS)
163 apresentou. Sintetizando, o Programa IntegraBacias promove a integração dos
164 Planos de Bacia dos Comitês do estado com o Plano Estadual de Recursos
165 Hídricos. Pelo escopo do financiamento ficou estabelecido que a SP- ÁGUAS seria
166 a entidade tomadora do projeto, enquanto os Comitês são os responsáveis pela
167 produção, acompanhamento e validação dos produtos gerados. A gestão proposta
168 buscou a coordenação de metodologias e horizontes de planejamento, com foco
169 em bacias críticas e instrumentos de gestão, como a cobrança pelo uso da água,
170 outorga e enquadramento. Foram realizadas oficinas participativas para
171 diagnosticar experiências dos Planos anteriores. Ressaltou-se que a adesão da
172 Baixada Santista era a única que restava para completar a Vertente Litorânea. A
173 Deliberação também prevê a criação de um Grupo de Trabalho-GT para
174 acompanhar o processo, composto inicialmente por membros das Câmaras de
175 planejamento e saneamento, além da Diretoria do Comitê, mas mantendo-se
176 aberto para participação de outras representações, na afirmativa que quanto mais

177 participativo, melhor para atender as particularidades do Comitê. Sobre a gestão de
178 Recursos e Financiamento do Plano, Celso Garagnani (AEAC) expressou dúvidas
179 sobre a aplicação do montante de dezesseis milhões de reais, com ônus financeiro
180 para o Comitê. A Secretária Executiva esclareceu que o Comitê não empenhará
181 recursos próprios, uma vez que o custeio será integralmente provido pelo Comitê
182 Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos-CORHI e o valor de dois
183 milhões de reais originalmente previsto no PAPI para o Plano de bacia será
184 remanejado para outras ações do Comitê. Celso solicitou que os recursos fossem
185 detalhados de forma clara na Deliberação. **Deliberação CBH-BS nº 459 de 17 de**
186 **dezembro de 2025. Aprova critérios para análise, hierarquização e indicação**
187 **de empreendimentos para a obtenção de financiamento com recursos do**
188 **FEHIDRO em 2026. Deliberação aprovada por unanimidade.** A Secretária
189 Executiva Jociani Debeni (SP-ÁGUAS) apresentou. Sintetizando, o Comitê possuía
190 um saldo remanescente de cerca de R\$ 15 milhões para investimentos. A
191 Deliberação definiu as competências das instâncias do Comitê e os critérios de
192 pontuação, estipulando que os proponentes poderiam apresentar até quatro
193 propostas, das quais apenas três poderiam ser indicadas para aprovação, salvo em
194 caso de saldo remanescente. Detalhou os ajustes realizados após reuniões das
195 Câmaras Técnicas Conjuntas ocorrida ainda no mês de dezembro, promovendo
196 uma redistribuição dos recursos, sendo uma delas, a exclusão da verba destinada
197 à atualização do Plano de bacia, conforme tratado na reunião pela Deliberação
198 anterior e destinando também recursos para ações de planejamento e gestão em
199 cerca de R\$ 1,5 milhão. Valores mínimos para projetos em R\$ 100 mil para ações
200 não estruturais e R\$ 150 mil para estruturais ou mistas. Sobre o cronograma, a
201 Deliberação fixou o período de inscrições entre 19 de dezembro de 2025 e 06 de
202 março de 2026 e a realização de uma plenária para aprovação, ao final de maio de
203 2026. O Vice-presidente Nelson Portéro (A.E.A.A.Bertioga) questionou qual versão
204 do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) deveria ser consultada, ao que
205 a Secretária disse tratar-se da versão mais recente do Manual de investimentos do
206 FEHIDRO disponível no site oficial, e destacou que apenas o Manual de custeio
207 está ainda sob revisão.

208 **Deliberação CBH-BS nº 460, 17 de dezembro de 2025. Aprova o Parecer**
209 **Técnico CBHBS/CTPG/2025/02 com manifestação sobre o empreendimento**
210 **“Nova Ligação Rodoviária entre o Planalto e a Baixada Santista”. Deliberação**
211 **aprovada por unanimidade.** Mario Bueno da Silva Junior (P.M. Praia Grande) pela
212 Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento-CTPG apresentou. A CTPG
213 analisou a proposta da proponente Ecovias S.A, o Estudo de Impacto Ambiental e
214 Relatório de Impacto Ambiental-EIA/RIMA e as manifestações preliminares da
215 Câmara Técnica de Saneamento-CTSUM e de outros órgãos envolvidos para o
216 seu Parecer. Entre as recomendações, estão orientação que priorize a proteção
217 dos mananciais e a drenagem, destacando a travessia de áreas de captação de
218 água e comunicar claramente os impactos nessas regiões, colaborando com os
219 órgãos envolvidos no Plano Regional de Macrodrenagem para alinhar as obras e
220 evitar problemas nas redes de utilidade pública durante a construção e a operação
221 da via. Além disso, a empresa deve acompanhar permanentemente as
222 atualizações do Plano de Bacia, garantindo que suas ações respeitem as metas de

223 preservação na Baixada Santista. Há necessidade de apresentação de cenários
224 sobre mudanças climáticas e eventos extremos, a compatibilização do projeto com
225 Planos diretores municipais e o zoneamento ecológico-econômico, além da
226 exigência de monitoramento contínuo de vazão, nascentes e qualidade da água.
227 Matheus sugeriu que todos os pareceres técnicos de drenagem e hidrologia
228 passassem a exigir dados mais recentes, em substituição às séries históricas das
229 décadas de 1970/80, visando diagnósticos mais precisos diante dos eventos
230 climáticos atuais. Na sequência, Sueli Moroni (CIESP) questionou se a Deliberação
231 do Comitê do Alto Tietê, de novembro de 2025, não deveria ser incluída nos
232 Considerandos, pela delegação ao CBHBS. Mário Bueno, concordou com a
233 inserção e Matheus manifestou-se favorável, já Celso reiterou que a Deliberação
234 do Alto Tietê foi considerada na análise e concordou também, ressaltando que o
235 plenário detinha soberania para votar e aprovar, ou não, qualquer modificação.
236 Destacando a conclusão do Parecer pela CTPG: “o empreendimento apresenta
237 relevância estratégica para a mobilidade regional, mas carrega riscos significativos
238 aos recursos hídricos e ao ordenamento territorial da Baixada Santista. Dessa
239 forma, recomenda-se que a aprovação do licenciamento ambiental pela CETESB
240 esteja condicionada ao cumprimento das medidas supracitadas, bem como à
241 integração plena com os instrumentos de planejamento da bacia e da região
242 metropolitana.” **Deliberação CBH-BS nº 461, de 17 de dezembro de 2025.**
243 **Aprova o Parecer Técnico CBHBS/CTPG/2025/03 com manifestação sobre o**
244 **Relatório de Atendimento às Recomendações da Deliberação CBHBS nº**
245 **302/2016. Deliberação aprovada por unanimidade.** Mario Bueno apresentou.
246 Analisaram o foco central da reversão de vazões do ribeirão Sertãozinho, afluente
247 do rio Itapanhaú, para o Sistema Produtor do Alto Tietê-SPAT, visando o
248 abastecimento da Grande São Paulo. Também analisaram a necessidade de
249 integrar projeções de disponibilidade hídrica e demandas futuras aos instrumentos
250 de gestão, levando em conta as novas variáveis climáticas da Baixada Santista; a
251 manutenção do monitoramento da salinidade e dos ecossistemas de restinga e
252 mangue frente às alterações do regime hídrico e da necessidade de avançar na
253 proteção legal dos mananciais e no aprimoramento da Sala de Situação, com
254 transparência e o uso de séries históricas e dados técnicos, visando subsidiar com
255 maior segurança os processos para suporte à tomada de decisão. A compensação
256 ambiental priorizou Unidades de Conservação, como o Parque Estadual Restinga
257 de Bertiooga e o Parque Municipal Ilha Rio da Praia. **Deliberação CBH-BS nº 462,**
258 **17 de dezembro de 2025. Aprova o Parecer Técnico CBHBS/CTPG/2025/04**
259 **com manifestação sobre a proposta analisada à luz do Plano Diretor e da Lei**
260 **de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo do Município de Mogi das**
261 **Cruzes. Deliberação aprovada por unanimidade.** A Deliberação foi sugerida
262 como inclusão de pauta na Ordem do Dia, e foi aprovada pela plenária. Mario
263 Bueno apresentou. A CTPG analisou a legislação do município, o Plano Diretor e a
264 Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo, na interface do Comitê, os
265 recursos hídricos. Constatou avanços na preservação de mananciais e áreas de
266 recarga, com aderência ao plano de bacia. Contudo, a pressão urbana sobre os
267 corpos hídricos e o aumento da poluição difusa decorrente da expansão imobiliária
268 implicam em riscos significativos. Entre as recomendações consta sistema de
269 drenagem municipal com soluções baseadas na natureza e na infraestrutura verde
270 para o manejo das águas pluviais. Além disso, enfatizou-se a necessidade de

271 fortalecer a capacidade técnica e operacional dos órgãos envolvidos para garantir a
272 proteção hídrica. Como condicionante para o parecer favorável, sugeriu a criação
273 de uma Sala de Situação Hídrica e a integração de dados para o monitoramento
274 contínuo de eventos extremos e cenários de mudanças climáticas. **Assuntos**
275 **Gerais e Encerramento.** Átila informou que o aniversário do município de Praia
276 Grande será comemorado no dia 19 de janeiro, e convidou todos para um evento
277 comemorativo, a Caminhada dos Emancipadores. Na sequência, Mário Bueno
278 agradeceu o apoio recebido pela sua Coordenação na Câmara Técnica de
279 Educação Ambiental-CTEA e anunciou a retomada das atividades com foco técnico
280 para o próximo ano, prevendo quatro encontros de capacitação sobre mudanças
281 climáticas e gestão de contratos de saneamento, com o objetivo de entregar o
282 planejamento da política de educação ambiental e o plano de comunicação logo
283 nas primeiras reuniões de 2026. Edelson Chaves Fazenda (Liga Beach Soccer)
284 destacou a relevância do projeto de monitoramento de nascentes no Guarujá, que
285 prioriza a participação das mulheres em áreas de vulnerabilidade. Solicitou que o
286 Comitê atue junto aos Prefeitos para garantir que as iniciativas de cuidado
287 ambiental sejam efetivamente executadas, defendendo o tratamento integrado das
288 nascentes. Guilherme de Souza Moreira (P.M. Itanhaém) agradeceu a aprovação
289 do projeto do Plano de Macrodrenagem, orçado em R\$ 9,5 milhões e o suporte da
290 Secretaria Executiva além da colaboração técnica da Universidade, dos municípios
291 e da sociedade civil, informando que o projeto seguirá para a fase de licitação. A
292 Secretária Executiva parabenizou os trabalhos realizados em 2025 e planejando o
293 trigésimo aniversário do Comitê, propôs a realização de um evento comemorativo
294 agendado para março de 2026, o mês das águas. Além disso, detalhou o
295 cronograma para o próximo ano, incluindo reuniões de planejamento para janeiro e
296 plenárias nos meses de março, maio, agosto e dezembro, com a manutenção das
297 atuais Coordenações das Câmaras Técnicas. Marcia Trindade Jovito
298 (CONCIDADANIA) avaliou o ano como produtivo, ressaltando o fortalecimento da
299 parceria entre a sociedade civil e os municípios na gestão de recursos hídricos.
300 Cumprida a Ordem do dia e, não havendo mais assuntos a serem tratados, Átila
301 Csobi na qualidade de representante Suplente do Presidente do Comitê e Prefeito
302 da P.M de Praia Grande Alberto Pereira Mourão, encerrou a reunião, agradecendo
303 a todos pela participação e desejou um Feliz Natal e excelente Ano Novo. Esta Ata
304 resumida foi elaborada pelo Taquígrafo Dartan G. conforme registros da Ata de
305 inteiro teor.